



CIDADES EM TRANSFORMAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E IMPRENSA NOS ANOS 50

Luis Carlos dos Passos Martins ¹
Letícia Sabina Wermeier Krilow ²

O artigo compara a forma como a imprensa paulista – *Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã* – e a carioca – *Jornal do Brasil* e *Última Hora* – representaram a ampliação “desordenada” das duas principais capitais brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro – nos dois primeiros anos do Segundo Governo Vargas (1951-1952), focando no termo “favela”. Nesse período, o Brasil passou por um rápido e controverso processo de industrialização-urbanização que deu margem a uma grande polêmica sobre a sua adequabilidade ao país, sendo o “aumento das favelas” um dos temas centrais de discussão. A grande imprensa foi um *locus* privilegiado de tal debate e de sua difusão ao grande público, constituindo objeto fundamental de estudo para compreender a maneira como as mudanças foram (des)legitimadas e representadas na época.

Palavras-chave: favela-imprensa-vargas;

Introdução

Esse texto tem como objetivo central apresentar os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla (*Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*)³ que analisa a forma como o acelerado processo de industrialização e urbanização brasileiro dos anos 1930-1970 foi debatido, apreendido e representado pelos principais jornais do país. Tal objeto de estudo ganha relevância quando consideramos que o Brasil passou, na conjuntura em questão, por uma das mais rápidas transições da condição de nação rural e agroexportadora para a de país relativamente industrializado e urbanizado.

Um processo de tamanha magnitude não poderia deixar de ser – e efetivamente não foi – ausente de controvérsias, gerando um intenso debate sobre a sua pertinência e,

¹ PUCRS, pós-doutor em História pela PUCRS, professor do Departamento de História e do PPG-História pela mesma instituição e coordenador do projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*. E-mail: luis.martins@pucrs.br.

² PUCRS, graduanda do curso de História da PUCRS e bolsista PROBIC/FAPERGS 2014-2015, pela PUCRS, no projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*.

³ Essa pesquisa está sendo desenvolvida no PPG-História PUCRS, contando com financiamento da PUCRS. E-mail: leticia.krilow@acad.pucrs.br.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

mesmo, a sua continuidade no médio prazo. O rápido e desordenado crescimentos das cidades constituiu um dos temas essenciais dessa discussão, especialmente por parte de quem receava os efeitos da drástica transformação demográfico-espacial nacional, centrando, por isso, as suas críticas em questões como o êxodo rural e a precarização da vida urbana (SINGER, 1987).

O presente artigo irá se focar na imprensa paulista e carioca no início dos anos 50 – período no qual o processo acima citado sofreu forte incremento - através de dois jornais do Rio de Janeiro - *Jornal do Brasil* e *Última Hora* – e de dois periódicos paulistas – *Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*. Essa escolha se justifica porque tais impressos oferecem uma boa representatividade da grande imprensa do centro do país, tanto no que se refere à sua abrangência sobre o público leitor, quanto à sua diversidade doutrinária a respeito do tema – hipótese que, a propósito, iremos levantar nessa pesquisa inicial. A limitação aos dois primeiros anos do Segundo Governo Vargas (1951-1952) se deve ao fato de o período corresponder ao atual estágio do levantamento de fontes na pesquisa. Além disso, tendo em vistas as dimensões do artigo, nosso foco será a análise da expressão *favela* no espaço de opinião dos referidos jornais (editoriais, artigos e colunas), tendo em vista que o incremento das zonas de ocupação humana classificadas como *favelas* foi e é um dos principais “problemas” associados ao rápido processo de expansão urbana brasileiro (SINGER, 1987).

Para desenvolver esse artigo, faremos uma análise comparativa da forma como a imprensa estudada: a) caracterizou o fenômeno classificado como *favela*, b) procurou dar uma explicação para a origem e/ou causa do mesmo e, por fim, c) propôs soluções para o “problema”. A fragmentação em três categorias-chave (*caracterização, origem e solução*) permite um panorama geral sobre a visão da imprensa acerca do tema, abarcando a questão urbanística, mas também a maneira como cada jornal representou social, política e economicamente a questão em pauta. Na abordagem desse material, utilizou-se a metodologia da Análise Textual Discursiva, a partir dos escritos de Laurence BARDIN (2011) e Roque MORAES (2003), considerada a mais pertinente para avaliar conteúdo discursivo em séries longas.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

As palavras e as coisas

No período compreendido entre os anos de 1946 e 1964, o Brasil passou por profundas transformações demográficas, apresentando um significativo aumento do seu contingente populacional. Em vinte anos, o número de habitantes cresceu cerca de 70% (1940-1960),⁴ sendo notável a acelerada urbanização: em 1940, a população brasileira estava dividida entre 30.826.243 (74,75%) habitantes morando em zonas rurais e 10.410.072 (25,24%) ocupando as cidades; em 1960, as cifras seriam respectivamente de 38.767.423 (55,32%) e de 31.303.034 (44,77%) e, na metade da década de 60, a maioria da população já residia em centros urbanos.⁵

Como apontam vários estudos, na base desse processo de rápida urbanização esteve uma acelerada industrialização (SINGER, 1985; OLIVEN, 1988). Com efeito, depois de 1945, nossa economia apresentou um forte crescimento – que, de 1947 a 1961, ficou na faixa de 6% a.a. –, alavancado pela indústria, cuja performance foi significativamente superior à da agricultura, ao ponto de torná-la o setor mais dinâmico da economia nacional no período em questão.⁶ Evidentemente, essa industrialização acelerada irá ter como centro as grandes cidades brasileiras, fazendo com que estas mudem significativamente de perfil, transitando da condição de polos administrativos e comerciais para se constituírem “o *locus* da atividade produtiva” (PATARRA, 1986, p. 260; KATZMAN, 1986, p. 198.).

Os fenômenos associados a tal processo, porém, não são só positivos, na medida em que implicaram fortes estrangulamentos infraestruturais urbanos. O incremento populacional não planejado acarretou, por exemplo, o colapso no fornecimento de energia, uma crise nos transportes e carências no abastecimento das grandes cidades

⁴ Isso fica bem ilustrado quando consideramos que o contingente populacional do país passa de 41.236.315 habitantes, em 1940, para 70.070.457, em 1960, num incremento de aproximadamente 70% em duas décadas. Cfe. dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm, consultado em 31 de maio de 2009. Ver também MERRICK, 1986, p. 31.

⁵ IBGE, *idem*. Devemos salientar igualmente que o grande diferencial da urbanização brasileira foi a velocidade com que esse processo ocorreu, agregando aos mesmo tempo os processos de urbanização, concentração populacional nas cidades e metropolização. Ver BRITO, FAUSTO & PINHO, 2012.

⁶ Enquanto a agricultura alcançou a média anual de 4,6%, a indústria apresentou resultados mais significativos (9,1% a.a.), o que a tornou “o setor dinâmico da economia” brasileira. (BAER, 1966, p. 73, nota 3). O que faz do desse período o momento de consolidação do *processo de industrialização* do país, completando a passagem do sistema agroexportador para o industrial tanto no que se refere à formação de capital, quanto no que diz respeito à presença relativa de cada setor no crescimento do PIB (BAER, 1996., p. 55).



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

(MORAES, 2011). Outro problema foi a origem dessa nova população citadina. Alguns autores lembram o próprio crescimento vegetativo brasileiro do período, decorrente da diminuição da taxa de mortalidade e da manutenção da taxa de fecundidade, como uma causa importante (CANO, 1989). Inúmeros estudos, porém, demonstram que esteve na base do fenômeno um acentuado êxodo rural, que “sugou braços” da agricultura e promoveu uma “hipertrofia” urbana (SINGER, 1985; OLIVEN, 1988), tendo em vista que a população migrante foi apenas parcialmente absorvida pelas fábricas, as quais aumentaram mais a sua produção mediante a incorporação de tecnologia e do que através do incremento do número de trabalhadores. Disso resultou que considerável parcela dos grupos advindos às cidades fosse direcionada para o setor de serviços ou “jogada” nas áreas informais da economia, recebendo baixa remuneração e se submetendo a precárias condições de trabalho (MERRICK, 1986; SINGER, 1985).

Outra característica significativa desse processo foi a concentração espacial entre as regiões do país, já que o deslocamento populacional tendeu a se direcionar para o Sudeste, sobretudo para São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram um vertiginoso crescimento urbano na conjuntura estudada. Das duas capitais, foi São Paulo que apresentou o processo mais contundente, superando o Rio de Janeiro tanto no que se refere à industrialização quanto à urbanização. Utilizando os dados do IBGE, temos que a população paulista, em 1940, era de 1.326.261 pessoas, na década seguinte, atinge 2.198.096 habitantes e, no ano de 1960, já ultrapassa o Rio e chega a 3.825.352. Seu crescimento percentual entre 1940 a 1960 foi de 188% e, na década pesquisada, de 65%.⁷ Parte considerável dessa população foi direcionada para a indústria, tendo em vista que São Paulo era o polo dinamizador da industrialização brasileira (SINGER, 1974). Contudo, a falta de planejamento urbano e a opção pela mecanização da produção fabril geraram um forte problema no que se refere ao “enfavelamento” da capital, com migrantes deslocados do sistema produtivo e vivendo em condições precárias de moradia.

Já na cidade do Rio de Janeiro, ainda conforme dados do IBGE, em 1940, a população total era de 1.764.141 habitantes e, dez anos depois, já estava em 2.377.451,

⁷ Assim, segundo CANO (1989), São Paulo desempenhou um papel de “colchão amortecedor”, convertendo-se no principal receptor nacional de imigrantes cuja concentração ao redor dos principais centros urbanos do Estado adquiriu a forma de metropolização, adensamento e conturbação da região metropolitana.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

atingindo a marca de 3.307.163 moradores, no ano de 1960. Em outras palavras, em 20 anos, o incremento foi de 87 %, sendo que apenas na década de 1950 o crescimento quase alcançou a casa dos 40 %.⁸ O grande diferencial, porém, em relação a São Paulo está na estrutura do processo, pois, como o Rio de Janeiro apresentou um crescimento industrial inferior ao da capital paulista, a tendência do direcionamento da população migrante para o setor informal da economia e, assim, os bolsões de misérias instalados na periferia foi ainda maior do que no caso paulista (SINGER, 1985). Dessa maneira, se a “favela” é um fenômeno comum a paulistas e cariocas, no Rio de Janeiro, ele recebeu as suas dimensões mais acentuadas, até porque já era um problema histórico da Capital Federal, antes que o processo de industrialização acelerada o dinamizasse em outros centros urbanos. Não é por acaso, então, que a própria expressão “favela”, no sentido atualmente empregado, tivesse no Rio de Janeiro o seu nascimento.

A origem das localidades chamadas de favelas é um tema ainda controverso na historiografia urbana do Rio de Janeiro. Alguns autores localizam a questão nas reformas do prefeito Pereira Passos (1902-1906), que procurou dar um “estilo europeu” à cidade, saneando e “embelezando” a Capital Federal. Outros associam a eventos anteriores, como a presença de libertos e imigrantes europeus, em zonas periféricas, desde o século XIX.⁹ Em suma, a “favela” tem origem antes da industrialização e das próprias reformas urbanas de Passos, embora ambos tenham contribuído significativamente para o seu incremento (ABREU, 1994, 1998; VALADARES, 2000).

Já a origem da expressão favela também não é isenta de controvérsia, na medida em que é uma palavra bastante polissêmica. Mesmo em termos “técnicos”, deparamo-nos com diferentes definições,¹⁰ embora seja possível identificar alguns pontos em

⁸ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. In.: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>.

⁹ O projeto de modernização do Rio pelo prefeito Pereira Passos implicou na eliminação das moradias precárias no centro histórico da “urbe” – os famosos cortiços –, deslocando a população ali residente para os morros que a circundavam. Alguns pesquisadores têm salientado, entretanto, que essas localidades geográficas já eram ocupadas por imigrantes que chegaram à cidade ainda no século XIX e se instalaram na periferia. Recordam ainda a presença de escravos libertos, especialmente pós-abolição (1888), nessas regiões “marginais”

¹⁰ O IBGE, por exemplo, conceitua favela como “aglomerado subnormal constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE *apud* SILVA, p. 39). Em um artigo sobre o tema, encontramos a seguinte conceituação: “As denominações de favela, comunidade, localidade, ou mesmo bairro, está (sic) relacionada a um determinado conjunto de características que delimitam um espaço



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

comum nessas conceituações, tais como: a precariedade das moradias, a ausência de infraestrutura básica e, por fim, a sua ilegalidade ou condição à margem da “normalidade”.

Entretanto, além dessas acepções técnicas, à palavra favela estão associados sentidos derivados de processos políticos, econômicos e sociais. Conforme a historiografia, a expressão favela deve o seu nascimento aos soldados oriundos da Guerra de Canudos, que, em 1897, chegaram à cidade para reivindicar soldos não pagos pelo governo federal. Esses veteranos, por falta de moradia adequada, acomodaram-se em casebres no Morro da Providência, que futuramente seria chamado de Morro da Favella. Assim, segundo ALMEIDA & NAJAR (2012, p. 124), a própria expressão favela já nasceria plena de dubiedades, podendo significar tanto as moradias precárias sobre o Morro da Providência quanto a resistência à ação repressora do Estado por parte da população pobre.¹¹

Com o tempo, porém, a palavra começou a “ser atribuída à ocupação em morros e ganha adesão por cronistas, músicos e jornalistas do início do século XX” (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124). Nos ciclos mais intelectualizados, a conotação pejorativa foi ganhando mais força, ao ponto de, em 1955, um jornalista propor que “favela”, junto com outras expressões consideradas agressivas, deveria ser retirada de obras escolares. De forma mais contundente, ela foi excluída do *Dicionário Contemporâneo*, de Caldas Aulete, publicado em 1958.¹²

Em síntese, por trás da expressão favela, temos não apenas um fenômeno relacionado à precarização das habitações urbanas derivado de fatores socioeconômicos, mas uma verdadeira luta simbólica, nos termos de Pierre Bourdieu, ou seja: uma luta pela definição mais legítima de uma palavra ou símbolo que é, ao mesmo tempo, uma

constituído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). A grande maioria das construções encontra-se fora dos padrões estabelecidos como formais para moradias, utilizando material com características de provisoriidade, contrapondo-se à ‘cidade legal’ (COSTA & FERNANDES, 2010, p. 03).

¹¹ A obra basilar de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, segundo as mesmas autoras, foi uma das principais responsáveis pela construção imagética “da representação de um tipo de habitação que começa a ser conhecida e chamada por favela. Além de diversas vezes descrever os trâmites da guerra ao redor da Favela de Monte Santo, ocupada pelo acampamento de soldados, Euclides da Cunha como narrador primoroso atribui valores ao lugar: ‘era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito’” (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124)

¹² MARIANO, J. & DALPIAN, , 2010.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

luta pela significação social que estas palavras e/ou símbolos podem atribuir a grupos humanos, espaços geográficos e formas de existência.

Cidades Refletivas: a favela e os jornais

Ao analisarmos os jornais cariocas e paulistas a respeito da frequência do termo favela, notamos que o mesmo aparece em diversos espaços, tanto de opinião (editoriais, artigos, colunas), quanto de informação (reportagens). Entretanto, uma leitura mais atenta nos permite duas constatações: a) a tomada de posição direta a respeito do assunto é inferior ao destaque destinado às reportagens e b) há muita diferença em relação à ênfase destinada ao tema em cada periódico.

Entre 1951 e 1952, a *Última Hora* apresenta apenas três editoriais sobre o “fenômeno”, publicados, é verdade, na capa do jornal, o que indica certo destaque. Já o *Jornal do Brasil* dá maior ênfase ao assunto, com cinco artigos e sete editoriais, afora inúmeras reportagens. Quanto aos impressos paulistas, a discrepância é ainda maior. Na *Folha da Manhã*, encontramos apenas um editorial - o qual tem dimensões menores que os destinados a outros assuntos – e mais duas crônicas, um artigo e algumas reportagens, salientando-se que a metade destas não se refere às favelas paulistas e sim às cariocas. No *Estado de S. Paulo*, o termo foi muito mais recorrente, contabilizando-se sete editoriais, dois artigos e um grande número de reportagens, também com ênfase nas favelas da Capital Federal. Isso nos permite inferir – na forma de uma hipótese para futuras pesquisas – que, embora o tema da “favela” possa ser relevante para esses jornais, ele não constitui uma “campanha de imprensa”. Ou melhor, se tal campanha existiu, ela ficou restrita ao *JB* e ao *Estadão*.

Pintando o quadro urbano

Quando analisamos o conteúdo desse espaço de opinião, percebemos diferenças e semelhanças consideráveis. Um ponto em comum é a visão fortemente negativa sobre a favela demonstrada pelos jornais, que a caracterizam como um “problema”, um



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

“câncer citadino”,¹³ um “lugar inabitável”, de “vida promíscua, sem higiene, sem educação, sem controle das autoridades”.¹⁴

Entre os periódicos cariocas, o *Jornal do Brasil* é o mais enfático nessa visão negativa, classificando as favelas como “habitações miseráveis”,¹⁵ como o “*cavalo de Tróia* dentro da Cidade antigamente e de fato maravilhosa”, composta por “[b]arracos sem menor dose de comodidade ou higiene”, construídos com “zinco e tábuas de caixotes, sem água, sem luz, sem esgotos”, para servir de “moradia à promiscuidade dos seres que neles se aglomeram, sem qualquer vigilância policial, sem leis, em suma, a que obedecer. (“O problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1952, Caderno 1, P.5). Já a *Última Hora*, mesmo salientando os aspectos negativos da favela, procura ressaltar que nela não existem apenas desajustados, marginais e criminosos, mas também muitos trabalhadores. Segundo o impresso, o inadmissível não é a favela em si, mas constatar que a população operária que nela vive tenha que se mobilizar “para pedir providências quanto ao direito de ter um teto, onde possam repousar no intervalo das jornadas de trabalho (“Relento”, *Última Hora*, 09 de janeiro de 1952, segunda seção, página 1).

No tocante aos jornais paulistas, a *Folha da Manhã* é a mais comedida em descrever o problema em seus espaços de opinião, porém, retrata em uma reportagem que, nas favelas, vivem “famílias numerosas amontoadas em choças infectas – ambiente de promiscuidade condenável e incompatível com os mais rudimentares princípios de higiene”¹⁶, constituindo um “ambiente de miséria, desconforto e fome”¹⁷ No *Estado de S. Paulo*, a preocupação com as péssimas condições de vida encontradas nas favelas ainda é mais presente, sendo salientado que “vêm se multiplicando esses viveiros primários, onde a precariedade das construções pede meças à ausência das mais elementares condições de higiene e de limpeza”¹⁸. Porém, na amostragem disponível, chama a atenção o maior cuidado dos jornais paulistas em enfatizar, em várias

¹³ “As “favelas” do Rio, *Jornal do Brasil*, 08 de junho de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁴ “Um problema difícil, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁵ “As “favelas” do Rio, *Jornal do Brasil*, 08 de junho de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁶ “Exige solução imediata o problema das favelas de Ribeirão Preto, *Folha da Manhã*, 13 de junho de 1952, p.11.

¹⁷ “Exige solução imediata o problema das favelas de Ribeirão Preto, *Folha da Manhã*, 13 de junho de 1952, p.11.

¹⁸ “Cortiços e favelas em São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p.15



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

passagens, que os moradores das favelas de São Paulo eram operários, diferentemente dos cariocas, classificados como “malandros”.¹⁹

Com base nessa análise, podemos dizer que, ao menos nesse ponto específico, os jornais paulistas pesquisados parecem se aproximar mais da *Última Hora* do que do *Jornal do Brasil*, onde a ponderação de que os moradores da favela são trabalhadores que vivem em péssimas condições de vida não está presente.

Outro fator que se salienta na descrição dos jornais sobre a favela é o contraste apresentando entre esta - e a precária situação de existência que ela proporciona - e o restante da cidade onde a mesma está incrustada. O *Estadão*, por exemplo, depois de lembrar que as “favelas (...) são um espetáculo deprimente de tábuas e molambos numa cidade civilizada”, afirma que não deseja mais “voltar aqui a descrever esse mundo de miséria e penúria, que está se agigantando ao lado das vendas luxuosas e dos arranha-céus”²⁰. A *Folha da Manhã*, por sua vez, relaciona as favelas cariocas à “primitividade”

Nada haveria de mal, se a favela se limitasse a mandar para a cidade as suas macumbas, os seus candomblés, a sua lírica de sambas. Não. O fenômeno é muito mais extenso. Toda uma população semi-animalizada de bambas e capoeiras, de fascinoras, de homens e mulheres em estado de semi-selvageria, invade com frequência o noticiário sensacionalistas dos vespertinos (“Trabalhar, eu não... Eu não...”, *Folha da Manhã*, 10 de janeiro de 1952, p.6).

Fica nítida, nessa passagem, uma visão extremamente conservadora, quando não discriminatória, sobre a favela: ela não apenas representa miséria e precariedade de vida, mais um retorno à barbárie ou à selvageria, aqui representada por um estilo de vida “afro-brasileiro”, em oposição à vida organizada e luxuosa da “civilização”. Nos jornais cariocas pesquisados, esse tema também aparece, especialmente no que se refere ao contraste entre a “feiuura” da favela e a beleza do resto da cidade. Para o *JB*, essas zonas da “urbes” enfeiam a Capital, repelem os turistas, trazem uma visão que desagradam os olhos, causa repulsa. E, mesmo na *Última Hora*, elas são caracterizadas como “uma sub-vida (...) contra a higiene, contra a educação da infância, contra todo e

¹⁹ A *Folha* é clara quanto a isso: “O carioca, inteligente, malicioso, astuto, percebe, é certo, a extensão do drama da favela. Mas como ele, mercê da paisagem que o viu nascer, é um hedonista deixa tudo “estar para ver como é que fica” e, depois também, ele é o brasileiro que mais acredita, no Brasil, na ação do governo.” (“Trabalhar, eu não... Eu não...”, *Folha da Manhã*, 10 de janeiro de 1951, p.6). Quanto a isso, no *Estadão*, consultar (“Lutando pela sobrevivência, aos pés de cortiços e favelas de São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 25 de maio de 1952, p.9).

²⁰ “Cortiços e favelas em São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p.15.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

qualquer progresso” (“Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, Caderno 1, página 4).

Como síntese dessa primeira parte, podemos afirmar que, na análise da forma como os periódicos caracterizam “o problema”, encontramos muita convergência em uma visão francamente negativa. Identificamos, porém, consideráveis diferenças, como a preocupação do jornal *Última Hora* em enfatizar que as favelas cariocas são habitadas não só por “marginais” e “desocupados”, mas também por trabalhadores. Tal preocupação não aparece no *JB*, mas é identificada nos impressos paulistas, apenas, porém, quando eles se referem aos “molambos” de São Paulo. Em outras palavras, esse jornais paulistanos, em especial o *Estadão*, ao abordarem o assunto, procuram enfatizar menos a favela como um espaço da pura negatividade e periculosidade para o resto da sociedade, mas como um lugar da precariedade da vida de parte da população trabalhadora, onde “o operário urbano desce seu nível, povoando como enxames as taperas e bibocas precaríssimas, com risco de saúde e vida” (“Cortiços e favelas em São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p. 15).

As razões e saídas para o “problema”

Os jornais pesquisados não se limitaram apenas a “retratar” o “problema” da favela. Encontramos em suas páginas de opinião tentativas de explicar o fenômeno e, embora haja semelhanças, as divergências são mais significativas.

Para o *JB*, a forte atração exercida pelo meio urbano era a causa essencial do “inchamento” das cidades e conseqüente formação das favelas. Os indivíduos migrariam para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, mas, ao chegarem, encontrariam uma realidade nada compatível com o que haviam imaginado. Sem conseguir salários dignos ou mesmo emprego, passariam a ocupar os morros, terrenos e construções abandonadas.²¹ Mais do que isso, o impresso procura ver as ações do poder público municipal para melhorar ou regularizar a situação precária das habitações da periferia não como uma maneira de solucionar e/ou amenizar o problema, mas como forma de agravá-lo, pois aumentava o atrativo para a migração.

²¹ “O problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1952, Caderno 1, página 5.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

Outro ponto muito salientando negativamente está na origem das populações migrantes: o meio rural. Com lembra o *JB*:

O fenômeno observado em todo o mundo denominado comumente de civilizado, com o advento da era da industrialização, isto é, o êxodo rural, tem sacrificado duramente o nosso País. Os maiores salários oferecidos pelas indústrias sempre seduziram poderosamente o homem do campo. [...] Sem amparo, ganhando diárias miseráveis, o sertanejo, apesar de sua ignorância e a despeito do isolamento da cidade, começou a ouvir falar em amparo e direito dos trabalhadores urbanos. Praticamente morrendo de fome com sua família, tratou de enrolar seus trapos e inicia a campanha para o Eldorado ao longe assinalado (“Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5).

Notamos nessa avaliação do *JB* um elemento que ainda não tinha se evidenciado, ou seja, a intensão de associar o mal que representa a favela ao processo de industrialização e aos benefícios trabalhistas oferecidos ao operário industrial.

Os jornais paulistas também enfatizam o êxodo rural como forte fator de incremento populacional urbano. *O Estado de S. Paulo* vê no desamparo dos agricultores por parte dos governantes o motivo principal para as migrações regionais e locais campo-cidade.²² *A Folha da Manhã* partilha dessa perspectiva e acrescenta que inúmeros indivíduos “do campo” chegam a São Paulo sem recursos e sem profissão e, por isso, dirigem-se às favelas.²³

O jornal *Última Hora*, contudo, oferece-nos uma visão bem diferente da origem da favela. Não fala em êxodo rural, mas atribui o “problema” na Capital Federal à falta de organização interna do governo municipal, que não previu adequadamente a expansão da população da cidade, fruto do crescimento vegetativo e de migrações de outras regiões do país ou de estrangeiros.²⁴

²² “Entre os malefícios de uma legislação trabalhista, que protegeu, unilateral e demagógicamente, o operário industrial, deixando ao desamparo o agrícola, deve-se inscrever o êxodo rural, representado nas levadas de trabalhadores camponeses que desertaram a lavoura, engorgitando as grandes cidades. (...) Essas multidões de desamparados passaram, assim, a viver ao Deus-dará, amontoando-se em cômodos sórdidos nas proximidades do local de trabalho, ou construindo as “favelas” (“Cortiços e favelas em São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p.15).

²³ Os jornais paulistas, porém, ampliam a explicação do problema. *A Folha* elenca como sua causa os altos preços dos aluguéis, que sobem como “fenômenos naturais da lei da procura e da oferta”, enquanto *O Estado de S. Paulo* aponta esta questão, mas atribui a responsabilidade desse custo elevado da moradia à especulação imobiliária que faz elevar ainda mais o valor do solo, ao restringir artificialmente a oferta pela compra especulativa dos terrenos habitáveis.

²⁴ “Os problemas das cidades não nascem de hoje. Antigas administrações esqueceram-se de prever o crescimento do Rio e cada uma quis governar para o seu tempo, dizendo que depois viria o dilúvio, e não as encontraria mais no Poder. Uma porção de necessidades urbanas foram relegadas a segundo plano...



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

Em suma, o *JB* aponta que a industrialização e o forte atrativo dos “benefícios urbanos” são a principal causa do “êxodo rural” e, assim, das favelas. Já, na *Última Hora*, não encontramos esta explicação, sendo enfatizada a desorganização interna do governo municipal como o fator preponderante. Os periódicos paulistas, por sua vez, ficam em um espaço opinativo intermediário, apontando o desmedido atrativo urbano derivado das leis trabalhistas para o operário fabril, mas salientando também os problemas relativos à especulação e à falta de planejamento municipal. Em nenhum dos últimos três casos, porém, a industrialização é citada como um possível fator de desencadeamento do fenômeno.

Sendo essas as possíveis origens da favela, onde poderíamos encontrar uma solução para as ameaças que ela representa?

No geral, os jornais estudados concordam que a favela e o seu crescimento são problemas graves que exigem medidas imediatas. A *Folha da Manhã* salienta que “os industriais deverão proporcionar aos seus trabalhadores moradias higiênicas, a preços módicos”, e que a ajuda de todos os interessados auxiliará o governo municipal a “construir uma cidade melhor”.²⁵ *O Estado de S. Paulo* oferece uma gama maior de soluções para a questão. Em uma delas, defende que, para evitar o esvaziamento dos campos, o Executivo Federal²⁶ e o Legislativo deveriam propor uma forma de crédito aos agricultores, a qual, “se bem executada, não só aumentará a nossa produção agropecuária, mas evitará o êxodo contínuo dos trabalhadores dos campos e impedirá o crescimento alarmante das favelas”.²⁷ Mas o *Estadão* não restringe as suas propostas ao estancamento da migração rural, focando igualmente a sua atenção na melhoria das condições de vida da população favelada. Para isso, prega, por exemplo, a necessidade de o poder público criar “condições urbanas que propiciem a edificação de vilas operárias em pontos de fácil acesso” e defende a ação conjunta dos órgãos municipais, estaduais e federais na promoção de “obras de engenharia sanitária” e até na formação de uma Comissão para resolver o “problema das favelas”.

[...] – a maioria da cidade – ficava na dependência das ruas esburacadas e no verdadeiro abandono suburbano” (“No cipoal”, *Última Hora*, 25 de setembro de 1951, Primeira seção, página 1).

²⁵ “Problema de habitação em São Paulo”, *Folha da Manhã*, 08 de setembro de 1951, p.5.

²⁶ “No Senado” *O Estado de São Paulo*, 19 de outubro de 1951, p.3

²⁷ “O bem-estar do homem rural”, *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1952, p.3.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

Os periódicos cariocas também pediram uma forte e decidida ação do poder público na solução do “problema”. A *Última Hora*, por exemplo, apresenta-se como uma defensora ferrenha do saneamento da favela para melhorar as condições de seus moradores, argumentando que o incentivo à habitação serviria para manter a mão de obra concentrada nas cidades, ao mesmo tempo em que impediria a revolta da população pobre contra o governo ou o aumento da “marginalidade”, fatores perturbadores da ordem pública.²⁸ Já o *JB* coloca-se francamente contra esse saneamento, argumentando, por um lado, que a capacidade de o governo municipal construir habitações populares para os “favelados” é muito inferior ao número de migrantes que chegam à capital. Por outro lado e como decorrência do primeiro motivo, a única solução possível seria atacar a raiz do problema, ou seja, acabar com o êxodo rural através da reforma agrária. Mas uma reforma agrária em terras devolutas, que não promoveria a redistribuição das propriedades privadas existentes (“A reforma agrária”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5).

Em outras palavras, vemos que os jornais paulistas defenderam tanto o saneamento das favelas quanto uma política agrária capaz de impedir o êxodo rural como soluções para os problemas. Já os jornais cariocas se dividiram: a *Última Hora* se detendo nas melhorias das habitações da periferia do Rio de Janeiro e o *JB*, ao contrário, abominando essa medida como agravadora do problema e focando a sua preocupação apenas na solução do êxodo rural.

Conclusões

Devido ao estágio inicial da pesquisa aqui apresentada, ainda não temos condições de emitir conclusões definitivas sobre o fenômeno estudado. De qualquer maneira, podemos fazer constatações e levantar algumas hipóteses.

Primeiro, é nítido que a questão das favelas e seu crescimento preocupam a todos os jornais pesquisados, constituindo um “problema” a ser resolvido urgentemente. Notamos também uma visão bastante negativa sobre a questão, onde a favela não é

²⁸ Cabe a Prefeitura – e já cabe há muito tempo, sem que seus administradores o compreendam – fazer o censo dos morros, alagadiços e outros terrenos, onde se instalam as favelas e diligenciar um plano de construções suscetível de melhorar as condições de moradia desse povo (“Relento”, *Última Hora*, 09 de janeiro de 1952, segunda seção, página 1).



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

apenas um lugar de moradias precárias e vida miserável, mas um universo que corrompe física e moralmente o indivíduo que nela habita. Acima de tudo, é o lugar da barbárie, no qual a “civilização ocidental” não chegou ou definitivamente recuou, em prol de um sistema de vida primitiva, “afro-brasileiro”.

Segundo, chama atenção as divergências de ênfase e de percepção do problema. Há uma nítida diferença de concepção entre o *JB* e os demais periódicos. O primeiro liga invariavelmente a favela à criminalidade e periculosidade, fazendo uma verdadeira “campanha” contra esses “espaços marginais”. Atribui a sua principal causa ao êxodo rural provocado pelo atrativo ilusório das cidades que se industrializam, deixando entender que a industrialização acelerada é a principal origem de todos os males urbanos. Dessa forma, como solução, condena o saneamento e defende uma reforma agrária, muito tímida em termos sociais, mas talvez capaz de reter o homem no campo, não demonstrando nenhum interesse com a oferta e fixação de mão de obra na capital.

Já os demais jornais se ocupam em apontar as precárias condições de infraestrutura das favelas e a baixa qualidade de vida que ela proporciona, sem, contudo, concluir daí que essas “zonas” constituem apenas um depósito ou uma incubadora da criminalidade. Na verdade, embora possam apresentar o êxodo rural como a causa e, assim, propor medidas de retenção do homem no campo (*Estadão e Folha*), preocupam-se, sobremaneira, com as condições de existência dos trabalhadores urbanos que vivem precariamente na periferia e defendem medidas obrigatórias de saneamento para mantê-los na cidade em uma situação mais digna. Como podemos entender essas diferenças?

Em parte, elas poderiam ser explicadas pelas divergências entre as duas cidades em foco aqui, tendo em vista as questões estruturais distintas que ambas passavam, uma mais industrializada (São Paulo) e outra em um processo mais lento de industrialização, mas sofrendo as pesadas consequências da rápida urbanização do país sem todos os seus benefícios (Rio de Janeiro). Decorreria daí a preocupação mais contundente dos periódicos paulistas com as favelas enquanto lugar de residência da força de trabalho industrial ou, no mínimo, de um “exército de mão de obra reserva”. Entretanto, a *Última Hora*, jornal exclusivamente carioca nos anos pesquisados, foi o que mais demonstrou preocupação com o local de moradia precária dos trabalhadores na favela e o único



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

impresso que não apontou o êxodo rural como origem do problema, o que nos instiga a ir mais além.

Por tudo isso, a nossa análise parcial permite levantar a hipótese de que a principal razão dessa diferença está na orientação doutrinária dos respectivos periódicos. Em outras palavras, o *JB* parece indicar claramente uma visão bastante conservadora e preconceituosa contra a favela e a população de “mestiços” que nela habita. Visão que é compartilhada pela *Folha da Manhã* e, parcialmente, pelo *Estadão*. Entretanto, o impresso carioca indica também derivar a sua posição sobre as favelas de uma contrariedade com o processo de industrialização acelerado, mantendo-se defensor da especialização agrária do Brasil. Os demais jornais, ao contrário, demonstrar querer sanear o problema da favela para manter o trabalhador industrial na cidade e, assim, não estarem contrários ao processo de industrialização em curso, mas sim desejando que ele se estruture de forma mais sólida.

Comentário final merece a *Última Hora* cuja posição parece ser a menos conservadora e a mais “positiva” em relação à favela e à sua necessidade de saneamento. Além disso, é o único periódico que não coloca o êxodo rural como origem do problema, parecendo ser o mais comprometido com as mudanças econômicas em curso. O que não nos deve surpreender em se tratando de um jornal financiado e apoiado por Getúlio Vargas e que se colocava como representante do “getulismo” e da “causa popular” na grande imprensa brasileira de então.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar, 1987.

ABREU, Regina. O enigma de Os Sertões. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.

ALMEIDA, A. G. ; NAJAR, A. L. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida. Notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. Revista Rua. Campinas: UNICAMP, v. 1, nº 18, junho, 2012, p.119-132.

BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas : Rio de Janeiro, 1966.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo : 70, 2011.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

BRITO, Fausto A de. e PINHO, Breno A. T. D de. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. In.: CEDEPLAR/UFMG – TD 464, 2012.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. Revista de Economia Política. Campinas: UNICAMP, v. 9, nº 1, janeiro-março, 1989.

COSTA, Renato Gama-Rosa & FERNANDES, Tania Maria. Cidades e Favelas: Territórios em disputa. Recife, X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política, 2010. Disponível em [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270343233_ARQUIVO_EncontroHO2010TaniaFernandes\[1\].pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270343233_ARQUIVO_EncontroHO2010TaniaFernandes[1].pdf). Acessado em 29/09/2014.

KATZMAN, Marin. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. A Transição Incompleta : Brasil desde 1945. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MARIANO, J. & DALPIAN, L. Semântica: um estudo diacrônico. In.: Disciplinarum Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 11, n. 1, 2010.

MERRICK, Thomas. A População Brasileira a Partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. A Transição Incompleta : Brasil desde 1945. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano (fins do século XIX – início do século XX). In.: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo, Saraiva, 2011.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

PATARRA, Neide. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil : o Período pós-30. In.: Boris Fausto (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, Capítulo V, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1986, pp.247-268.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEVCENKO, Nicolau, História da Vida Privada no Brasil, Republica: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Gerardo. ReFavela (notas sobre a definição de favela). In.: Revista Lugar Comum, Nº39, 2013. Disponível em <http://uninomade.net/wp-content/files/mf/110906130223ReFavela%20notas%20sobre%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20favela%20-%20Gerardo%20Silva.pdf>. Acessado em 29/09/2014.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 11. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife: São Paulo, Editora Nacional 1º reimpressão, 1974.



**1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE
HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE**



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

VALLADARES, L. “A gênese da favela carioca”. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 15. Nº44,2000

_____. A Invenção da Favela: do mito da origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.